

KIA LILLY CALDWELL

# Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil

*Resumo:* Neste artigo a autora analisa a invisibilidade da raça e da experiência das mulheres negras no campo dos estudos da mulher brasileiros. A partir de um olhar comparativo sobre estudos da mulher na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá, a autora explora como questões sobre diferença racial entre as mulheres não foram tratadas nos diferentes contextos nacionais. A análise enfatiza a ausência da raça na maior parte dos estudos da mulher no Brasil e sugere que, para um melhor entendimento da diversidade das experiências das mulheres brasileiras, é preciso dar um maior enfoque para "diferença" racial e para a relação entre raça e gênero.

*Palavras-chave:* raça, diferença racial, teoria feminista, mulheres negras, Brasil.

Este artigo pretende examinar a política racial da produção de conhecimento feminista no Brasil e oferecer uma análise comparativa dos estudos sobre mulheres no Brasil, de um lado, e, de outro, nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Canadá. Uma discussão sobre a noção de "diferença" e sobre o quanto o discurso feminista brasileiro tem sido evasivo em relação a ela é central em minha análise. Ao contrário dos estudos feministas nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Canadá, a maioria dos estudos feministas brasileiros não reconheceu a importância da raça e das diferenças raciais na constituição do gênero e das identidades das mulheres.

Examinando a política racial da produção de conhecimento feminista no Brasil, este artigo busca responder a várias questões: primeira, como os estudos feministas sobre mulheres não brancas [*women of color*]<sup>1</sup> dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Canadá, com suas críticas ao essencialismo feminista, têm repercutido no Brasil; segunda,

1. O termo se refere a mulheres não brancas nos EUA, Inglaterra e Canadá. Seu significado político foi redefinido no sentido da afirmação racial étnica e racial por mulheres de ascendência africana, latino americana, caribenha, indígena e asiática naqueles países. O termo "não brancas" é preferível a "de cor", que no Brasil popularmente se restringe a negras e mulatas, por manter a especificidade anglo-americana do original (N. do T.).

como as obras de mulheres negras brasileiras têm contribuído para a produção de conceitos de raça e gênero no país; e terceiro, que impacto, se é que houve algum, a pesquisa sobre a relação entre raça e gênero, produzida ou não no Brasil, teve sobre a pesquisa e a teoria produzidas por intelectuais feministas no país.

## **Gênero e raça nas teorias feministas americanas, inglesas e canadenses**

As últimas três décadas foram marcadas por um aumento significativo nas produções feministas americanas, inglesas e canadenses no sentido de desessencializar a identidade feminina. As tendências atuais dos estudos de gênero devem vários de seus *insights* a críticas feitas por mulheres não brancas americanas, negras inglesas e feministas do chamado "terceiro mundo". Nos Estados Unidos, intelectuais feministas negras, latinas e asiáticas deram contribuições importantes para a compreensão dos múltiplos eixos da opressão feminina que afetam as experiências de vida de mulheres não brancas naquele país. Do mesmo modo, as contribuições teóricas de ativistas e intelectuais feministas de origem caribenha, africana e asiática na Inglaterra e no Canadá permitiram uma reconceitualização do "ser mulher" que destaca o impacto de fatores históricos e culturais na constituição das identidades e das experiências sociais das mulheres.<sup>2</sup>

Desde o final dos anos 70, mulheres não brancas na Inglaterra, no Canadá e nos Estados Unidos desafiam modelos unitários de gênero e exigiram noções sobre o "ser mulher" que levassem em conta raça, etnia, classe e sexualidade. A terceira fase do feminismo, nas décadas de 80 e 90, desafiou os paradigmas unitários de gênero desenvolvidos por feministas brancas de classe média nos anos 60 e 70. O afastamento em relação ao feminismo mais tradicional encorajou as feministas não brancas a refletir mais sobre as diferenças do que sobre as pretensas similaridades entre as mulheres, ou sobre aspectos que elas supostamente têm em comum. O desencanto com modelos e discursos que estavam sendo desenvolvidos por feministas brancas de classe média levaram as não brancas a usar suas próprias experiências de exclusão e discriminação para desenvolver suas próprias formas de conceitualizar o gênero e o feminismo.<sup>3</sup>

As feministas não brancas há muito já dizem que o enfoque dado pelo feminismo exclusivamente ao gênero como fonte da opressão de mulheres não consegue estabelecer conexões entre o sexismo e outras formas de

2. BANNERJI, 1995, BRYAN et alii, 1985, CARBY, 1983, MAMA, 1995, e PARMAR, 1990.

3. ANZALDÚA, 1987, HOOKS, 1984, HULL, 1982, SANDOVAL, 1993, p. 1-24, e WALLACE, 1979.

4. LORDE, 1984.

dominação.<sup>4</sup> Elas notaram também que esse enfoque exclusivo nega e apaga outros aspectos das identidades de mulheres e suas experiências, inclusive raça, sexualidade e classe. Elas acusam ainda o feminismo mais tradicional de tratar de forma inadequada as diferenças dentro da categoria "mulher" e os modos pelos quais o "ser mulher" se define em relação a mulheres de outras raças, etnias, classes e culturas, e não só em relação a homens.

O trabalho de Intelectuais não brancas nos Estados Unidos contribuiu para nossa compreensão sobre como a identidade de gênero feminina é construída no contexto norte-americano. Muito desse trabalho explorou a constituição das diferenças de gênero nas relações sociais dentro de comunidades étnicas e raciais específicas e em outros segmentos da população. Desde o fim da década 1970, feministas negras e chicanas como Gloria Anzaldúa, Patricia Hill Collins, Deborah King e Chela Sandoval defenderam a existência de formas de consciência múltiplas e distintas entre norte-americanas não brancas. A noção de *consciencia de la mestiza* elaborada por Anzaldúa, o conceito de negras americanas como *outsiders-within* ("as de fora que estão dentro") formulado por Collins, e o de *multiple jeopardy* ("risco múltiplo"), por King, compartilham a preocupação com os múltiplos posicionamentos das não brancas americanas.<sup>5</sup> Além disso, todas essas reflexões destacam a importância de se delimitar a análise de gênero a contextos locais, e de fazê-la levando em conta a especificidade social, cultural e histórica das experiências e das identidades das mulheres.

5. ANZALDÚA, 1987, COLLINS, 1991, e KING, 1988.

As críticas de feministas não brancas desenvolvidas nos anos 70 e 80 começaram a ter um impacto visível na teoria feminista na década de 90. Embora de forma ainda limitada, uma preocupação maior com o impacto de diferenças raciais, étnicas e culturais na construção do gênero começou a aparecer no trabalho de feministas brancas.<sup>6</sup> O movimento para desessencializar a questão de gênero e as identidades de mulheres resultou também num debate sobre o papel da "diferença" na teoria feminista, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, no começo dos anos 90.

6. BUTLER, 1990, EISENSTEIN, 1995 e 1996, FRANKENBERG, 1993, e SPELLMAN, 1988.

## Gênero, raça e 'diferença' no Brasil

Uma das preocupações centrais da minha pesquisa sobre raça e gênero no Brasil tem sido examinar a importância da teoria feminista produzida nos Estados Unidos e na Inglaterra para a análise de raça e gênero no Brasil. Mas antes disso é necessário explorar a origem e o desenvol-

vimento dos estudos sobre mulheres e da teoria feminista no Brasil. A presente discussão pretende problematizar a ausência da raça na maioria das pesquisas sobre mulheres brasileiras e examinar conceitos alternativos desenvolvidos por feministas negras no país.

A falta de atenção à relação entre raça e gênero no feminismo acadêmico brasileiro se deve em grande parte à forma como se desenvolveu o campo dos estudos sobre mulheres no país. Ao contrário do feminismo acadêmico nos Estados Unidos e na Inglaterra, onde a discussão sobre raça aumentou nas décadas mais recentes, as pesquisadoras feministas brasileiras têm sido muito mais lentas na incorporação do estudo da raça aos estudos sobre mulheres e à teoria feminista. Além disso, embora os estudos sobre mulheres tenham se estabelecido formalmente no Brasil quando as críticas ao feminismo feitas por não brancas nos Estados Unidos e na Inglaterra começaram a atingir um público mais amplo, no início dos anos 80, essas críticas parecem ter tido pequeno impacto no país, ou quase nenhum.<sup>7</sup> O trabalho de não brancas americanas não tem sido largamente traduzido para o Português,<sup>8</sup> e seus *insights* críticos sobre a *racIALIZAÇÃO* do gênero e dos estudos sobre mulheres não influenciaram a agenda dos estudos da mulher no Brasil.

O artigo "Teorizando sobre gênero e relações raciais", de Sandra Azerêdo, publicado na *Revista Estudos Feministas* em 1994, faz uma análise comparativa muito útil sobre o lugar da raça nos estudos sobre a mulher no Brasil e nos Estados Unidos. Citando o estudo *Gênero e Universidade*, Azerêdo nota que os primeiros núcleos de estudos sobre mulheres no Brasil foram inspirados em modelos estrangeiros, especialmente norte-americanos. Azerêdo, porém, acusa essa inspiração de "extremamente parcial". Como nota Azerêdo, "em nenhum momento as críticas ao racismo que estavam sendo feitas nos Estados Unidos ao feminismo ocidental, desde pelo menos 1981, nos serviram de inspiração. Isso fica claro no desconhecimento entre nós das produções de mulheres de cor nos Estados Unidos — não existem traduções entre nós destas produções".<sup>9</sup>

Utilizando a noção de *situated knowledge* ("conhecimento localizado") de Donna Haraway, Azerêdo diz que uma perspectiva parcial caracterizou os estudos da mulher no Brasil. Ela nota que, por só focar a questão de gênero e não reconhecer as diferenças raciais, pesquisadoras brasileiras têm priorizado as preocupações das brancas de classe média e silenciado as vozes e experiências das não brancas. Porém, mesmo citando a perspectiva parcial de feministas brancas, Azerêdo nota que

7. O primeiro centro universitário de pesquisa sobre mulheres foi fundado na PUC/Rio em 1980, e em 1991 pelo menos vinte centros enfocando mulheres e gênero já haviam se estabelecido em universidades públicas ou privadas em todo o Brasil. As primeiras antologias feministas, *Perspectivas Antropológicas da Mulher* e *Espelho de Vênus*, foram publicadas no início dos anos 80. Ambos os textos exploram questões de gênero e feminismo, mas a raça não chegou a ser considerada em nenhum dos dois.

8. O artigo de bell hooks "Intelectuais Negras", que apareceu na *Revista Estudos Feministas* em 1995, é a única tradução de uma mulher negra estrangeira numa revista acadêmica brasileira.

9. AZERÊDO, 1994, p. 215-216.

a parcialidade não é problemática em si mesma: "o problema é tomá-la [essa perspectiva] como representando uma totalidade que supostamente conduziria à maior objetividade". Ela sugere que reconhecer até que ponto uma determinada visão de gênero foi parcial é essencial para se "estabelecer um diálogo mais produtivo com outras visões parciais da questão".<sup>10</sup>

10. Idem, p. 216.

A crítica de Azerêdo foi influenciada por sua experiência como estudante de pós-graduação nos Estados Unidos. Em seu artigo, ela nota que seu contato com o trabalho de não brancas norte-americanas, e sua interação com teóricas feministas brancas que reconheceram a importância da raça na constituição do gênero, marcaram decisivamente sua noção de gênero e de identidades de mulheres. Porém, como observa Azerêdo, produções semelhantes estão ausentes da maioria dos estudos sobre mulheres no Brasil.

Ao examinarmos a ausência da raça na maioria dos estudos sobre mulheres no Brasil, é também importante notar até que ponto as críticas ao essencialismo feminista feitas por brasileiras negras passaram despercebidas pela maioria das intelectuais da área no país. Embora as feministas negras brasileiras tenham tentado trabalhar com as especificidades das mulheres negras pelo menos desde o começo dos anos 80,<sup>11</sup> seus *insights* relativos à interseção entre raça e gênero não se tornaram prioridades de pesquisa nos estudos sobre mulheres. Ao contrário, se e quando o assunto de diferença racial é trabalhado, isso é feito em geral por ativistas ou pesquisadoras negras.<sup>12</sup> Sem contar que o fato de as mulheres negras constituírem uma pequena minoria nas universidades brasileiras tem dificultado o desenvolvimento da pesquisa acadêmica sobre a mulher negra. Como resultado, a maior parte da pesquisa sobre a mulher continua a retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos e não lida com o significado de raça nas vidas de mulheres, negras ou brancas.<sup>13</sup> A falta de pesquisa integrada sobre raça e gênero significa que as experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas. Uma consequência disso é a falta de estudos teóricos ou empíricos sobre como o privilégio de "ser branca" opera nas vidas de mulheres brancas no Brasil.

Se a ausência da raça na maioria dos estudos sobre mulheres brasileiras parece ter refletido o posicionamento e as prioridades de pesquisadoras brancas, bem como a pouca presença das mulheres negras nas universidades, ela se deve também ao desafio que é sustentar um movimento anti-racista no país. Esse movimento vem enfrentando forte resistência ideológica — às vezes deliberadamente política — no Brasil, tendo sido praticamente

11. CARNEIRO e SANTOS, 1985, e GONZÁLEZ, 1982.

12. BAIRROS, 1991, e FIGUEIREDO, 1994. Em 1995 a *Revista Estudos Feministas* publicou o "Dossiê Mulheres Negras", uma coleção de artigos de pesquisadoras e militantes negras. Particularmente, os artigos de Bento, Carneiro e Lima (1995) demonstram o impacto de diferenças raciais nas experiências de vida das mulheres negras.

13. CASTRO, 1995, e GIACOMINI, 1991 e 1994, bem como a edição especial dos *Cadernos Pagu* sobre raça e gênero em 1996 (números 6 e 7), são honrosas exceções a essa observação.

suprimido durante boa parte do século XX. De várias maneiras, a ausência histórica de discussão pública sobre raça e racismo no país resultou no apagamento discursivo das realidades de dominação racial, o que aconteceu também no campo dos estudos sobre mulheres, que portanto se torna, até certo ponto, cúmplice dessa negligência: ao retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos, esse campo reforça a imagem do Brasil como uma sociedade em que as diferenças raciais têm uma importância mínima.

O trabalho político e acadêmico das feministas negras no Brasil destaca os modos como discursos universalizantes influenciaram a maioria dos estudos sobre mulheres brasileiras. Várias feministas negras mostraram que a falta de atenção à relação entre a dominação racial e a de gênero escondeu a cumplicidade de mulheres brancas com seu privilégio racial e reforçou o status subalterno das mulheres negras.<sup>14</sup> No começo dos anos 80, a antropóloga negra Lella González investigou as especificidades das vidas de mulheres negras na antologia *O Lugar da Mulher*.<sup>15</sup> Nessa análise, González critica os estudos sobre mulheres brasileiras por levar em conta apenas gênero e classe, mantendo a tendência das intelectuais feministas a "neutralizar" o problema da dominação racial. Ao contrário de estudos que negavam a importância da raça nas vidas de mulheres brasileiras, González argumenta que as negras sofrem uma opressão tripla, vinda da dominação de raça, gênero e classe.

O livro *Mulher Negra*, de Suelli Carneiro e Thereza Santos, publicado em 1985, continua sendo a análise estatística mais abrangente do status das mulheres negras no Brasil. Mesmo percebendo a proliferação de estudos sobre mulheres brasileiras durante a Década da Mulher proclamada pela ONU (1975-1985), Carneiro e Santos acusaram que a "variável de cor não foi incorporada de maneira sistemática nesta produção teórica de forma a que as mulheres negras pudessem se beneficiar largamente dos estudos em questão".<sup>16</sup> Em suas tentativas de fornecer um perfil quantitativo e estatístico do status profissional e educacional das mulheres negras, Carneiro e Santos enfrentaram a insuficiência de informação estatística no Brasil, já que os dados sobre raça estiveram ausentes do censo nacional de 1970 e foram coletados e processados em número muito limitado pelo censo de 1980. Além disso, inconsistências na coleta desses dados nos censos de 1950, 1960 e 1980 contribuíram para a falta de informação quantitativa adequada sobre a população negra no país. Apesar desses obstáculos, o estudo de Carneiro e Santos oferece um perfil impressionante de mulheres negras

14. BAIROS, 1991, CARNEIRO e SANTOS, 1985, e GONZÁLEZ, 1982.

15. GONZALEZ, 1982.

16. CARNEIRO e SANTOS, 1982, p. 4.

metropolitana de São Paulo.

Além de apresentar uma análise estatística rara da posição socioeconômica de mulheres negras, *Mulher Negra* oferece também uma base para se entender o quanto os perfis socioeconômicos divergentes de mulheres brancas e negras têm gerado tensões e conflitos, mais do que uma pretensa unidade fundada numa noção compartilhada da femininidade. Carneiro e Santos lembram que as mulheres brancas eram as maiores beneficiárias da diversificação profissional ocorrida de meados dos anos 60 a meados dos 80 e tiveram vantagens claras em termos de acesso a educação, mercado profissional e remuneração, o que resultou em diferenças quantificáveis de status em relação às negras. De acordo com Carneiro e Santos, "As desigualdades apontadas entre negras e brancas antecipam por si só as tensões que política e ideologicamente acarretam, colocando na maioria das vezes brancas e negras em contradição politicamente, malgrado a condição feminina".<sup>17</sup>

17. *Idem*, p. 40.

Os dados estatísticos apresentados em *Mulher Negra* apóiam a afirmação de Carneiro e Santos de que as tentativas de combater formas de discriminação sexual que afetam as mulheres de modo geral são inadequadas. As autoras defendem que a tendência à generalização sobre as experiências das mulheres brasileiras resultou em visões essencializadas da condição feminina, que negam a diversidade dessas experiências e fabricam noções homogeneizadas de uma "identidade feminina" hipotética. Como observam as autoras, "O discurso feminista sobre a opressão da mulher oriunda das relações de gênero que estabelece a ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que este tipo de opressão teve e tem ainda na construção da identidade feminina da mulher negra".<sup>18</sup>

18. *Idem*, p. 42.

## **Enegrecendo o feminismo no Brasil**

Divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro fornecem *insights* importantes sobre as divergências de experiências e perspectivas entre mulheres negras e brancas no Brasil. A apresentação do *Manifesto das Mulheres Negras* durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em julho de 1975 marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro. Assim como o Ano Internacional da Mulher e a Década da Mulher, 1975 foi um momento importante de mobilização política para feministas brasileiras. Porém, como o *Manifesto de Mulheres Negras* sugeriu, qualquer suposta unidade entre mulheres brasileiras de raças diferentes já era alvo de debate. O manifesto

chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual. Apontou, ainda, a herança cruel que coube às negras no Brasil, lembrando que o cruzamento das raças durante a época colonial resultou na mulata — considerada o único produto brasileiro que mereceu exportação.<sup>19</sup>

19. NASCIMENTO, 1978.

Uma preocupação com a diferença de status entre negras e brancas começou a ser articulada mais claramente por mulheres negras que atuaram no movimento feminista no final dos anos 70. Analisando o Encontro Nacional de Mulheres no Rio em 1979, a feminista negra Lella González lamenta que não houvesse na época, em relação à questão racial, a unanimidade observada em relação a outras questões.<sup>20</sup> Lembra que havia dois assuntos importantes: o atraso político e a necessidade de se negar o racismo para esconder a exploração das mulheres negras por mulheres brancas. De fato, os comentários de González chamam atenção para o papel da raça na formação das relações entre mulheres negras e brancas. Ela nota que durante o Encontro de Mulheres em 1979, as feministas brancas com orientações aparentemente progressistas e de esquerda negaram o significado da raça e seu impacto nas vidas de mulheres negras e que as brancas eram hesitantes em relação à discussão sobre raça por causa de sua própria cumplicidade com a dominação racial.

20. GONZÁLEZ, 1982.

Enquanto na superfície parecia que mulheres brancas e negras poderiam se unir e lutar contra sua opressão comum enquanto mulheres, diferenças entre elas, em termos de experiências e lugares sociais, tornaram-se fontes de conflito e divisão dentro do movimento feminista. Muitas dessas divisões se mantêm até hoje. Enquanto buscavam no feminismo um alívio para o sexismo que encontravam em organizações negras, várias negras brasileiras logo perceberam que a raça provocava uma fissura que impedia a união de negras e brancas numa luta supostamente fraterna por uma causa comum. Nas divisões raciais dentro do movimento feminista, Carneiro e Santos notam que, "como consequência deste elenco de contradições, mulheres negras e brancas se defrontam no espaço do Movimento Feminista de forma conflitante e desconfiada, resultado de referências históricas, políticas e ideológicas diferenciadas que determinam óticas diferentes quanto a problemas co-



21. Idem, p. 48.

munas".<sup>21</sup> Os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade pós-abolição conduziram a experiências sociais diferentes para mulheres negras e brancas: problemas presumivelmente comuns, como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado passaram a ter significações diferentes para mulheres negras e brancas. Ao reconhecer essas diferenças, as mulheres negras no movimento feminista passaram a desafiar noções generalizadas da opressão de mulheres que não levavam em conta a relação entre ideologia patriarcal e racismo.

Em suas tentativas de trabalhar com as dimensões raciais de opressão da mulher, feministas negras focalizaram assuntos como controle de natalidade e saúde reprodutiva. Preocuparam-se com taxas altas de esterilização entre mulheres pobres, lembrando que a maioria das mulheres pobres é negra. Seus esforços para combater a esterilização feminina acabaram chamando atenção para a relação entre raça, gênero e classe. Elas discutiram também a tendência das feministas brancas a acusar a divisão sexual do trabalho porém negando a divisão racial. Esse foco no duplo impacto da divisão racial e sexual de trabalho produziu *insights* adicionais sobre o posicionamento das mulheres negras no fundo da estrutura socioeconômica brasileira.

Feministas negras como Lella González e Luiza Bairos perceberam também que a liberação aparente de feministas brancas era relacionada à subordinação continuada de mulheres negras:<sup>22</sup> o serviço doméstico das negras nas casas de famílias brancas permitiu às mulheres brancas entrar cada vez mais na força de trabalho. González criticou ainda o movimento feminista por ignorar a exploração sexual das mulheres negras, particularmente as que trabalham em serviço doméstico.

Em suas tentativas de ganhar mais voz dentro do movimento feminista, várias feministas negras defendem que a inclusão de questões específicas de mulheres negras como um sub-tema entre as questões gerais das mulheres é insuficiente. Considerando que aproximadamente 44% da população nacional era negra e que, como resultado, quase 50% da população feminina também era negra, feministas negras como Sueli Carneiro e Thereza Santos defenderam intensamente que a "variável de cor deveria se introduzir como componente indispensável na configuração efetiva do Movimento Feminista Brasileiro".<sup>23</sup> Entretanto, percebendo a relutância das feministas brancas em lidar com a questão racial, Carneiro e Santos argumentaram: "[essa omissão] estabelece para nós negras a necessidade de privilegiar a questão racial sobre a sexual, ainda porque a opressão so-

22. GONZÁLEZ, 1982, e BAIROS, 1991.

23. CARNEIRO e SANTOS, 1985, p. 41.

bre a mulher negra na sociedade brasileira não advém originalmente de diferenças biológicas, e sim raciais".<sup>24</sup>

24. Idem, p. 41.

O trabalho de pesquisadoras e ativistas negras forneceram *insights* importantes também para o aprofundamento da compreensão das dimensões estruturais do status subalterno e subordinado das mulheres negras no Brasil. Além disso esse trabalho oferece uma base para a compreensão do modo como condições estruturais resultaram em diferenças qualitativas nas experiências de vida para mulheres brancas e negras. Ao chamar atenção para as causas estruturais de diferenças entre mulheres, esse trabalho destaca como as relações de poder têm moldado as vidas, posições sociais e identidades de mulheres negras e brancas, realçando a inter-relação de raça e gênero na sociedade brasileira. Essas contribuições foram essenciais ao repensar do ativismo feminista e da própria questão de gênero no campo dos estudos sobre mulheres.

### **'Diferença' e estruturas de desigualdade**

A relação entre raça, gênero e classe vem sendo estudada por um número crescente de feministas americanas, inglesas e canadenses. Recentemente feministas brancas e negras analisaram os modos como as diferenças entre mulheres estão ligadas a estruturas maiores de desigualdade, particularmente as que resultam de práticas de dominação racial. Embora essas análises tenham sido desenvolvidas em países com ideologias raciais muito diferentes da ideologia brasileira de "democracia racial", elas contribuem para a compreensão do papel de raça na construção social de gênero.

Pesquisadoras norte-americanas como Maxine Baca Zinn e Bonnie Thornton Bill sugerem que as diferenças entre mulheres devem ser vistas em sua conexão com relações de poder próprias a uma hierarquia racial. Zinn e Dill defendem que as diferenças de raça e classe são significativas, não como características individuais mas como "princípios organizadores primários de uma sociedade que localiza e posiciona grupos dentro de sua estrutura de oportunidades".<sup>25</sup>

25. ZINN e DILL, 1996, p. 322-323.

As pesquisadoras britânicas Mary Maynard e Avtar Brah também encorajam teóricas feministas a examinar as relações de poder que constituem diferenças entre mulheres. O trabalho de Maynard enfatiza a necessidade de se analisar como as diferenças de poder traduzem diferença em desigualdade e subordinação.<sup>26</sup> Além disso, ela defende o deslocamento do foco de análise da diferença em si para as relações sociais que convertem essa diferença em opres-

26. MAYNARD, 1994.

são. Avtar Brah argumenta que discussões sobre a diferença podem dar em nada, a menos que a constituição de diferença seja explorada completamente. "A questão central não é a 'diferença' *per se*, mas saber quem define a diferença, que diferentes categorias de mulheres são representadas dentro dos discursos da 'diferença', e se a 'diferença' diferencia lateralmente ou hierarquicamente".<sup>27</sup>

27. BRAH, 1992, p. 140.

A feminista canadense Himani Bannerji também investiga a base estrutural das diferenças entre mulheres. Em sua crítica à tendência a uma noção discursiva de diferença, Bannerji defende que "o particularismo e o individualismo refinados das políticas da 'diferença' evitam "nomear e mapear a organização geral de relações sociais".<sup>28</sup> Ela nota que, quando não se especificam as relações sociais, exclui-se a possibilidade do desenvolvimento de uma explicação social para o modo como as diferenças são constituídas. "Sem uma visão histórica e materialista de consciência, sem uma teoria de uma relação consciente e transformadora entre o trabalho, o eu e a sociedade, a noção de eu, ou de subjetividade, permanece sem conexão com a organização social ou a história em qualquer sentido formativo ou fundamental".<sup>29</sup> Ligando noções de diferença a relações de poder e desigualdade, a análise de Bannerji realça a importância de se entender a construção e o conteúdo da diferença.

28. BANNERJI, 1995, p. 73.

29. Idem, p. 80.

O trabalho da feminista negra norte-americana Patricia Hill Collins<sup>30</sup> fornece uma importante conceitualização da relação entre estrutura e discurso, fundamentada na investigação das experiências de mulheres negras. A análise de Collins chama atenção para a relação entre relações discursivas e condições materiais na produção e reprodução da dominação de gênero, raça e classe. Além disso, sua análise realça os modos como representações culturais de negras norte-americanas serviram para justificar estruturas dominantes de desigualdade. Collins argumenta que essas representações foram essenciais para a "economia política de dominação que nutre a opressão de mulheres negras".<sup>31</sup> Conjugando análise político-econômica com representações culturais, o trabalho de Collins destaca como discurso e estrutura se inter-relacionam na manutenção da dominação racial e de gênero no contexto norte-americano.

30. COLLINS, 1991.

31. Idem, p. 67

O conceito de *imagens controladoras* proposto por Collins liga representações culturais a formas estruturais de desigualdade. A autora sustenta que as imagens controladoras das mulheres negras "são projetadas para fazer racismo, sexismo e pobreza parecerem naturais, normais, como uma parte inevitável de vida cotidiana".<sup>32</sup> O trabalho dela chama atenção ainda para os modos como

32. *Idem*, p. 68

essas representações culturais naturalizam, e assim obscurecem, relações de poder.

A análise de imagens controladoras de mulheres negras norte-americanas feita por Collins é particularmente relevante para a investigação de representações culturais de mulheres negras brasileiras. Empreguel o conceito de imagens controladoras em minha pesquisa sobre as identidades sociais de mulheres negras no Brasil. Assim como a de Collins, minha análise demonstra que as imagens controladoras de mulheres negras brasileiras, particularmente a da mulata e a da mãe preta, são amarradas a formas de desigualdade estrutural determinadas pela raça e pelo gênero.<sup>33</sup> Essas imagens controladoras servem para obscurecer e naturalizar práticas históricas e contemporâneas de dominação racial e de gênero. Elas também têm sido usadas para manter a imagem nacional do Brasil como "democracia racial".

33. CALDWELL, 1999.

### **Expondo o privilégio branco no Brasil**

A imagem nacional do Brasil como "democracia racial" torna a tarefa de dar visibilidade ao privilégio branco altamente desanimadora. Como feministas americanas e inglesas percebem cada vez mais, é crucial entender o papel do "ser branco" em sociedades com divisões e desigualdades raciais profundas.<sup>34</sup> Apesar das diferenças de Ideologias e práticas raciais entre o Brasil e países como os Estados Unidos e a Inglaterra, a pesquisa acadêmica brasileira já evidenciou o privilégio branco na sociedade brasileira.<sup>35</sup> E a análise crítica do "ser branco" enquanto categoria de identidade insuspeitada, mas socialmente poderosa, é fundamental para desmascarar e desafiar racismo e sexismo no Brasil.

34. FRANKENBERG, 1993, SPELLMAN, 1988, e WEEDON, 1999.

35. GUIMARÃES, 1995, e MOURA, 1994.

Antônio Sérgio Guimarães tem um trabalho importante sobre a construção do que é ser branco no Brasil. Ele nota que no Brasil a identidade branca não foi formada pela "fundição étnica" de povos europeus, mas pela absorção e incorporação de mestiços e mulatos.<sup>36</sup> Outra pesquisa, sobre a importância de embranquecimento no pensamento social brasileiro dos séculos XIX e XX, destacou a preocupação das elites com o desaparecimento de populações negras e mestiças pelo processo de mestiçagem.<sup>37</sup> A noção de que uma nação "branca" poderia ser alcançada por meio da mestiçagem foi central para as noções brasileiras — tanto a popular quanto a mais oficial — do "ser branco" como categoria que incorpora e subsume a negritude. Apesar da proeminência que a Ideologia de "democracia racial" tem no Brasil desde os anos 30, ser branco continua sendo um

36. GUIMARÃES, 1995.

37. SKIDMORE, 1974.

ideal para muitos brasileiros.

O status privilegiado do branco na sociedade brasileira também tem sido fundamental para a construção da identidade feminina no país. Desde a era colonial, as mulheres foram diferenciadas por práticas patriarcais que associaram matrimônio a mulheres brancas e relações sexuais mais ilícitas a não brancas. Enquanto as brancas eram designadas para o reino de sexualidade legítima e honrada, nos papéis de esposas e mães, mulheres africanas escravizadas, e depois as mulatas, eram associadas a práticas sexuais ilegítimas e desonrosas. Em grande parte por causa de sua relação privilegiada com o patriarcado e com a hegemonia racial, mulheres brancas se tornaram o ponto de referência para construções idealizadas de mulher e de identidade feminina no Brasil. O privilégio branco e a femininidade branca no Brasil desmentem crenças populares e oficiais de que práticas de mestiçagem racial existentes há muito tempo produziram uma sociedade em que só a *morenidade* tem valor. A idealização de mulheres brancas como padrão de femininidade e beleza feminina é muito óbvia na mídia brasileira, presente em filmes, programas de TV e revistas, e também na propaganda em geral.<sup>38</sup> O alto número de imagens de mulheres louras na mídia brasileira, como Xuxa e Carla Perez, contrasta com a auto-imagem nacional de Brasil como uma democracia racial e destaca o papel da raça em construções de gênero no país.

38. SIMPSON, 1993.

## Pensando e repensando gênero, raça e diferença

Em seu recente *Feminism, Theory and the Politics of Difference*, a feminista inglesa Chris Weedon destaca três respostas comuns de feministas brancas ao racismo que são pertinentes ao campo de estudos sobre a mulher no Brasil. Para esboçar tais respostas ela se utilizou de críticas elaboradas pelas feministas negras norte-americanas Audre Lorde e bell hooks. A primeira resposta é uma "recusa franca de ver as diferenças raciais".<sup>39</sup> Weedon ressalta que está implícita aqui a suposição de que o racismo é um "fenômeno individual, não um fenômeno estrutural, disseminado por todas as instituições e práticas sociais".<sup>40</sup> A redução do racismo a um fenômeno individual é prática comum no país, evidente em atitudes cotidianas, que opera no nível lingüístico através do uso hegemônico do termo *preconceito* em lugar de *racismo*, tanto nos discursos oficiais quanto nos populares. Essa redução obscurece formas de discriminação racial institucionalizadas na sociedade brasileira e permite às

39. WEEDON, 1999.p. 155.

40. Idem.

peçoas evitar a auto-classificação de racistas, ao mesmo tempo em que reconhecem que o racismo existe. Como mostrou o estudo de 1995, *Racismo Cordial*, uma porcentagem grande de brasileiros reconhece que o racismo existe sem admitir praticá-lo.<sup>41</sup>

41. TURRA e VENTURI, 1995, e TWINE, 1997.

A segunda resposta comum ao racismo descrita por Weedon é um "senso de culpa debilitante que freqüentemente resulta em falta de atuação".<sup>42</sup> Weedon sugere que, para ir além dessa culpa, as brancas têm que refletir sobre seu próprio privilégio racial e reconhecer seu papel na perpetuação do racismo. Weedon nota que esse papel pode ser desempenhado ativamente ou passivamente, basta não levar o racismo seriamente em conta, ou não desafiar suas conseqüências.

42. WEEDON, 1999, p. 155.

A terceira resposta descrita por Weedon é ver o racismo como um "problema negro" em vez de vê-lo como problema fundamental às vidas das brancas. De modo semelhante, Sandra Azerêdo observa que "Até hoje, entre nós feministas no Brasil, a questão racial tem geralmente ficado a cargo das mulheres negras, como se apenas estas fossem marcadas pela raça".<sup>43</sup> Para Weedon, essa compreensão do racismo não reconhece seu fundamento "numa relação binária de diferença na qual o branco é o termo dominante"<sup>44</sup> e deixa intactas as oposições binárias aí envolvidas. Deixar de questionar o caráter ostensivamente natural do privilégio branco é obscurecer o fato de que os significados do ser branco são "produzidos discursivamente dentro de relações de poder hierárquicas".<sup>45</sup> Weedon nota que

43. Idem, p. 204.

44. Idem, p. 156.

45. Idem.

a lição principal do feminismo negro e dos feminismos não brancos para mulheres brancas é que elas têm que ser responsabilizadas pelo racismo. Recusar reconhecer diferenças de raça, mesmo na melhor das intenções, é uma resposta inadequada, assim como a tendência a ver raça e racismo como problemas negros. Reconhecer o status social e cultural da categoria 'branco', que freqüentemente parece natural a pessoas brancas, envolve um esforço consciente por parte das mulheres brancas.<sup>46</sup>

46. Idem, p. 176.

Weedon argumenta que uma quarta resposta é possível, porém menos comum do que as outras, e envolve um "reconhecimento consciente do racismo como força estruturadora, tanto nas práticas materiais que moldam as sociedades quanto na produção de subjetividades individuais, brancas ou não".<sup>47</sup> Weedon sugere que essa quarta resposta requer a problematização consciente do privilégio branco pelas mulheres brancas e o reconhecimento de que o racismo tem dimensões individuais e estruturais.

47. Idem, p. 156

## Conclusão

O trabalho de Azerêdo, Weedon e outras intelectuais feministas que têm examinado a importância da raça nas vidas das mulheres brancas demonstra que várias perspectivas e métodos serão necessários para se entender as diferenças entre mulheres e o modo como essas diferenças são estruturadas por hierarquias raciais. Se o exame das identidades, das experiências e do ativismo político das mulheres negras é um passo importante para a compreensão da dinâmica de raça e gênero no Brasil, isso só não basta. O outro lado do espectro racial, isto é, o "ser branco", deve ser analisado para se entender mais completamente como os processos de dominação racial e de gênero operam no Brasil contemporâneo. Além disso, dada a presença de categorias raciais e de cores "intermediárias" no Brasil, é importante destacar a relação entre cor e gênero, especialmente no que diz respeito a identidades e experiências de mulheres mestiças. Entretanto, só a ênfase na cor também não basta. Como já foi demonstrado por vários autores,<sup>48</sup> os extremos do espectro de raça e cor (a branca e a negra) devem ser analisados tanto quanto os setores intermediários (a mulata, a mestiça). Continuar chamando atenção para as diferenças de experiência de vida entre mulheres brancas e não brancas é um passo fundamental para se poder ver e entender melhor a heterogeneidade que existe dentro da população feminina no Brasil.

48. CASTRO, 1995, CORRÊA, 1996, DIAS FILHO, 1996, e GIACOMINI, 1991 e 1994.

## Referências bibliográficas

- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, outubro de 1994.
- BAIROS, Luiza. Mulher Negra: O reforço da subordinação. In: LOVELL, Peggy (ed.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: MGSP, 1991.
- BANNERJI, Himani. *Thinking Through: Essays on Feminism, Marxism and Anti-Racism*. Toronto: Women's Press, 1995.
- BENTO, Maria Aparecida. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, p. 479-495, 1995.
- BRAH, Avtar. Difference, diversity and differentiation. In DONALD, James e RATTANSI, Ali (eds.). *'Race', Culture and Difference*. London: Sage, 1992.
- BRYAN, Beverley, DADZIE, Stella e SCAPE, Suzanne. *The Heart of the Race: Black Women's Lives in Britain*. London: Virago, 1985.
- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- CALDWELL, Kia Lilly. *Ethnographies of Identity: (Re)Constructing Race and Gender in Contemporary Brazil*. Austin, 1999. Tese

- de doutorado - University of Texas
- CARBY, Hazel V.. White women listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood. In: The Centre for Contemporary Cultural Studies. *The Empire Strikes Back*. London: Hutchinson, 1983.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. *Revista Estudos Feministas*, n. 2, p. 544-552, 1995.
- CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Thereza. *Mulher negra*. São Paulo: Nobel/ Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.
- CASTRO, Mary Garcia. Mulher negra, resistência, cidadania; e o lugar da mulata? *Presença da mulher*, n. 28, p. 26-33, 1995.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 1991.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, n. 6-7, p. 35-50, 1996.
- DIAS FILHO, Antonio Jonas. As mulatas que não estão no mapa. *Cadernos Pagu*, n. 6-7, p. 51-66, 1996.
- EISENSTEIN, Zillah. *The Color of Gender: Reimaging Democracy*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Hatreds: Racialized and Sexualized Conflicts in the 21<sup>st</sup> Century*. New York: Routledge, 1996.
- FIGUEIREDO, Angela. O mercado da boa aparência: as cabeleleiras negras. *Bahia-Análise & Dados*, v. 3, n. 4, p. 33-36, 1994.
- FRANKENBERG, Ruth. *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.
- GIACOMINI, Sonia Maria. Aprendendo a ser mulata: Um estudo sobre a identidade da mulata profissional. In COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (ed.). *Entre a Virtude e o Pecado*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/ Rosa dos Tempos, 1991.
- \_\_\_\_\_. Beleza Mulata e Beleza Negra. *Estudos Feministas*, v. 1, p. 217-227, 1994.
- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Maza, 1995.
- GONZÁLEZ, Lélla. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (ed.). *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_. For an Afro-Latin American Feminism. In: *Confronting the Crisis in Latin America: Women Organizing for Change*. Isis International and DAWN, 1988.
- \_\_\_\_\_. The Black Woman in Brazil. In: MOORE, Carlos, SAUNDERS, Tanya R. e MOORE, Shawna (eds.). *African Presence in the Americas*. Trenton: Africa World Press, 1995.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos*, n. 43, p. 26-44, novembro de 1995.
- HOOKS, bell. *Feminist Theory from Margin to Center*. Chicago: South End Press, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. Boston: South End Press, 1989.
- \_\_\_\_\_. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*, v. 2, 1995.
- HULL, Gloria T., SCOTT, Patricia Bell e SMITH, Barbara (eds.). *All the Women are White, All the Blacks are Men, But Some of Us are Brave*. Old Westbury, NY: The Feminist Press, 1982.
- KING, Deborah K.. Multiple Jeopardy, Multiple Consciousness: The Context of a Black Feminist Ideology. *Signs*, v. 14, n. 1, p. 42-72,



- 1988.
- LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. *Estudos Feministas*, n. 2, p. 489-495, 1995.
- LORDE, Audre. *Sister Outsider*. Freedom, CA: The Crossing Press, 1984.
- MAMA, Armina. *Beyond the Masks: Race, Gender and Subjectivity*. London: Routledge, 1995.
- MAYNARD, Mary. 'Race', Gender and the Concept of 'Difference' in Feminist Thought. In: AFSHAR, Haleh e MAYNARD, Mary (eds.). *The Dynamics of Race and Gender: Some Feminist Interventions*. London: Taylor and Francis, 1994.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Introduction — Cartographies of Struggle: Third World Women and the Politics of Feminism. In: MOHANTY, Chandra Talpade, RUSSO, Ann, e TORRES, Lourdes (eds.). *Third World Women and the Politics of Feminism*. Bloomington: Indiana University Press, 1992.
- \_\_\_\_\_. Feminist Encounters: Locating the Politics of Experience. In: BARRETT, Michéle e PHILLIPS, Anne (eds.). *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates*. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- MOURA, Clovis. *Dialética radical do Brasil Negro*. São Paulo: Anita, 1994.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, Fátima, RIBEIRO, Matilde, e SILVA, Nilza Iraci. *Cadernos Geledés 5: A mulher negra na década a busca da autonomia*. São Paulo: Geledés, Instituto da Mulher Negra, 1995.
- \_\_\_\_\_. *On Race and Philosophy*. London: Routledge, 1996.
- PARMAR, Pratibha. Black Feminism: The Politics of Articulation. In: RUTHERFORD, Jonathan (ed.). *Identity, Community, Culture, Difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.
- PISCITELLI, Adriana. 'Sexo tropical': comentários sobre gênero e 'raça' em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos Pagu*, n. 6-7, p. 9-34, 1996.
- SANDOVAL, Chela. Third World Feminism: The Theory and Method of Oppositional Consciousness in the Postmodern World. *Gender*, n. 10, p. 1-24, Spring 1991.
- SIMPSON, Amelia. *Xuxa: The Mega-marketing of Gender, Race and Modernity*. Philadelphia: Temple University Press, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*. New York: Oxford University Press, 1974.
- SMITH, Barbara. *The Truth that Never Hurts: Writings on Race, Gender, and Freedom*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.
- SPELLMAN, Elizabeth. *Inessential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. Boston: Beacon Press, 1988.
- TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo (eds.). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Atica, 1995.
- TWINE, France Winddance. *Racism in a Racial Democracy: The Maintenance of White Supremacy in Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1997.
- WALLACE, Michele. *Black Macho and the Myth of the Superwoman*. New York: Dial Press, 1979.
- WEEDON, Chris. *Feminism, Theory and the Politics of Difference*. Oxford: Blackwell, 1999.

ZINN, Maxine Baca e DILL, Bonnie Thornton. Theorizing Difference from Multiracial Feminism. *Feminist Studies*, v. 22, n. 2, p. 321-331, 1996.

[Recebido para publicação em junho de 2000]

***Racialized Boundaries: Women's Studies and the Question of "Difference" in Brazil***

*Abstract:* This paper examines the invisibility of race and black women's experiences in Brazilian Women's Studies scholarship. Through a comparative analysis of Women's Studies scholarship in England, the United States, Canada and Brazil, the author explores how the question of racial differences among women has been treated in different national contexts. The analysis underscores the absence of race in most Brazilian Women's Studies scholarship and suggests the need to focus on racial "difference" and the relationship between race and gender in order to better understand the diverse experiences of Brazilian women.

***Keywords:*** race, racial difference, feminist theory, black women, Brazil.